

*Império selvagem: a arqueologia e as fronteiras
simbólicas da nação brasileira (1850-1860)*

JOHNNI LANGER

Professor da Faculdade Estadual de União da Vitória

SÉRGIO FERREIRA DOS SANTOS

Professor da Faculdade Estadual de União da Vitória

Resumo

O artigo analisa a utilização do indígena brasileiro como suporte para a idéia da nação imperial com um passado glorioso, determinando com esse passado arqueológico fronteiras simbólicas entre a barbárie e a civilização

Palavras-chave: Arqueologia; Indígena brasileiro; Nação; Território.

Abstract

The article analyzes the use of the Brazilian aboriginal as support for the idea of the imperial nation with a glorious past, determining with this archaeological past symbolic borders between the barbaric and the civilization.

Keywords: Archaeology; Brazilian indian; Nation; Territory.

Também o Brazil não é intensamente destituído destas reliquias. Facil era de ver que a maior parte das raças de selvagens que tem habitado, e habitam ainda aquelle vastissimo continente eram antes os restos degenerados, e embrutecidos d'antigos povos civilizados, do que homens simples e novos, sahidos assim do estado da natureza: mas esta observação carecia d'outros comprovar, que pouco a pouco se vão recolhendo”.

O panorama, jornal litterario e instructivo. Lisboa, dezembro de 1844.

EM TODA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA efetuada no Novo Mundo, ocorreu uma inerente vinculação a determinadas imagens dos indígenas, atuais ou do passado remoto (Trigger, 1980). Esse processo também foi verificado na Arqueologia do Brasil Império em todos os seus aspectos: sambaquis, inscrições arcaicas, cidades perdidas, vestígios amazônicos. Mas percebemos uma relação muito mais profunda entre essas imagens e os resquícios diretamente relacionados com as investigações etnológicas. Assim, restos líticos, cerâmicos, e, principalmente, fragmentos humanos ósseos receberam uma especial identificação com pressupostos ideológicos mantidos pela elite erudita.

Esses materiais foram investigados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por duas maneiras: mediante descobertas fortuitas, por viajantes e moradores das mais diversas províncias ou, mais raramente, por meio de investigações criteriosamente conduzidas. Um dos poucos exemplos deste último caso, durante as primeiras décadas do segundo império, foram as escavações conduzidas pelo dinamarquês Peter Lund,, que se iniciaram antes mesmo da criação do dito Instituto.

Em 1851, os novos estatutos do IHGB foram publicados, alargando as atividades e metas do estabelecimento. A vinculação política do Instituto com a monarquia tornou-se ainda mais acirrada. Os estudos indígenas foram incrementados como preocupação básica e, nesse sentido, os sócios da agremiação dedicaram-se ainda mais aos conhecimentos etnográficos, filológicos e literários para desenvolver a linha evolutiva na História da nação brasileira. Logo no início dos novos estatutos, percebemos as mudanças. Tratando dos fins e objetos do Instituto, o artigo primeiro acrescentou, ao lado dos estudos históricos e geográficos, a “archeologia, ethnographia e linguas de seus indigenas” (IHGB, 1851, p. 477). Os estudos materiais do passado pré-histórico passaram a ser legitimados como uma das principais finalidades da Instituição, em congruência com a *imagem idealizada do indígena*, veiculada pela literatura, e a serviço da elite imperial.

Mas, entre essa idealização das atividades acadêmicas e sua efetiva comprovação prática, ocorreu um grande abismo. As pesquisas relacionadas com a Arqueologia e até mesmo a produção historiográfica do IHGB não acompanharam a estabilidade econômica e política da monarquia durante os anos 1850, sendo muito inferiores em quantidade às da década anterior. Esse limite pragmático, distante das metas estatutárias, foi devido principalmente à grande atuação dos membros do Instituto na carreira pública, o que dificultou maiores pesquisas e trabalhos acadêmicos (Guimarães, 1995, p. 564).

Se a Arqueologia brasileira não logrou nenhum estudo específico, nenhuma memória especializada na década do apogeu imperial, ao menos permitiu-nos vislumbrar algumas questões envolvendo a Pré-História, manifestando-se constantemente nos ensaios etnológicos, historiográficos e literários publicados pela Revista do IHGB. Durante esse período, os intelectuais ligados diretamente ao antigo periódico *Niterói* (fundado em 1836, em Paris, por Gonçalves Dias, Joaquim Silva, Joaquim Macedo, Varnhagen, Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães) foram os responsáveis pela maioria desses estudos publicados pelo IHGB, de 1850 a 1859. Se, nos anos 40, a enorme quantidade de pesquisas estrangeiras e nacionais refletiu a constante procura por uma identidade, agora o círculo se fecha em torno do grupo mais próximo ao Imperador. O *indígena transforma-se em símbolo nacional*, cabendo aos membros da elite erudita a construção dessa pretendida imagem em todos os campos do conhecimento e da arte.

A imagem etnológica

COM A PARTICIPAÇÃO CADA VEZ MAIOR de D. Pedro II nas sessões do IBGE, o Instituto passou a eleger diversas questões e problemáticas para serem sorteadas entre os membros da agremiação. O então famoso poeta Gonçalves Dias foi encarregado de desenvolver alguns trabalhos relacionados com os primitivos habitantes de nossa terra. O primeiro tema recebeu o título de *Brasil e Oceania*, exercendo muita influência a partir de sua primeira leitura, na sessão solene de 1853 (foi publicado em 1867).

Inicialmente, a memória impressiona pelo seu grande tamanho, aproximadamente 327 páginas, o maior estudo publicado pelo IHGB desde a década anterior. Demonstrando um grande conhecimento etnológico, Gonçalves Dias pretendia fazer conhecer o estado intelectual e moral dos indígenas quando de sua conquista pelos europeus. O principal grupo étnico destacado pelo autor foi o Tupi, a última ou única raça conquistadora (Dias, 1867, p. 9). Sua

primeira pista foi a questão da emigração dos indígenas para nosso país, apoiado principalmente em dados culturais, sobre os quais realizou complexas comparações. Também recorreu a textos coloniais, mas sua grande fonte teórica foi o livro *L'Homme américain* (1839), de Alcide d'Orbigny. Para esse naturalista francês, os Tupi penetraram no Brasil vindos do sul para o norte, o que para Dias teria ocorrido de maneira oposta.¹ A descrição dos diversos grupos que habitaram o litoral e suas características físicas tomaram grande parte do trabalho do escritor brasileiro. Nesse aspecto, tomou partido das opiniões de Humboldt e novamente de Orbigny.

O poeta dedicou ainda muitas páginas para descrever a capacidade intelectual dos “selvagens”, questionando Cornelius De Pauw e seu posicionamento detrator sobre os habitantes americanos (Dias, 1867a, p. 169). Na descrição das aldeias indígenas, constatou que não possuíam templos, nem edifícios e “não usavam de instrumentos com que podessem lavar a pedra.” (Dias, 1867a, p. 177), uma verificação muito penosa para um contexto intelectual que, na década anterior, procurou provar a existência de cidades pré-históricas no Brasil. Mas a questão da geração perdida, apesar de desacreditada objetivamente, ainda foi lembrada muito rapidamente e sem qualquer alarde. Tratando da origem dos Tupi, concebeu este grupo étnico como sendo restos de uma *civilização desconhecida*. Parecia que o sonho ainda não estava totalmente morto. Mas as evidências necessitavam ser analisadas dentro de um novo contexto, na qual a perspectiva etnológica suplantava qualquer conjectura arqueológica. Assim, no capítulo *Se os americanos caminhavam para o progresso ou para a decadência*, voltou a discutir o assunto. A sua noção de civilização mostrou-se baseada principalmente na religião, pela qual conferiu diferentes graus de avanço intelectual, conforme a aptidão das culturas para o doutrinamento cristão. O autor, neste momento, resgatou inúmeros trechos das teses de von Martius (*Como se deve escrever a história do Brasil*, 1845), a respeito da decadência do selvagem. Em outra passagem, contrapôs também, em seu texto, o poeta-viajante Chateaubriand, que concebeu os indígenas americanos como totalmente omissos de civilização. Seu posicionamento pessoal ficou entre esses dois termos: os antigos americanos não conheceram nenhuma grande cultura intelectual, mas possuíam uma civilização – ou seja, um estado religioso satisfatório – e caminhavam para a completa decadência.

A segunda parte da memória de Dias tratou dos grupos indígenas da Oceania, procurando contrastá-los com nossos próprios representantes

primitivos. Dos três grupos que classificou, o escritor citou os Malaio, os Polinésico e os Papuá. Os primeiros foram considerados os mais inteligentes e civilizados, devido à religião estruturada; os segundos, rudimentares; e os últimos, os mais embrutecidos e estúpidos. Coincidência ou não, Dias denominou os Papuá de negros “com formas comparadas aos macacos” (Dias, 1867b, p. 395). Não é irrelevante, se levarmos em conta a clara tendência da elite imperial em omitir os negros do caldeamento racial do império em construção. Só os ameríndios interessavam, ao menos como emblemas do movimento romântico e da nacionalidade tropical. Como conclusão ao seu extenso trabalho, Gonçalves Dias recomendou a catequese indígena como o maior aliado ao projeto de colonização das terras selvagens; a religião, como suporte imprescindível na construção de uma identidade territorial para a nação brasileira.

Uma missão exploratória

TRANSCORRIDA A METADE DA DÉCADA de 1850, os resultados almejados pelo Instituto não satisfaziam as necessidades de desenvolvimento do Império. Havia muito pouca informação sobre as províncias e sobre as mais diferentes regiões da nação. Necessitava-se urgentemente de melhores resultados empíricos, pois “o conhecimento do território pode ser considerado como importante instrumento para a manutenção da unidade interna” (Bittencourt, 1997, p. 260). Em maio de 1856, o primeiro secretário Ferreira Lagos apresentou a proposta de se realizar uma expedição naturalista pelas áreas menos conhecidas do Brasil. Como meta básica, esperava-se formar uma grande coleção de produtos do reino animal, vegetal e indígena. Gozando de grande prestígio, o Instituto levou apenas dois meses para ver aprovada essa comissão pelo governo imperial.

A estruturação da expedição não deixou de ser no mínimo curiosa. Para presidente, foi eleito Francisco Freire Alemão, que também deveria incumbir-se da seção de botânica. Como era membro da comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB nessa mesma época, o encarregado da seção etnográfica da futura expedição acabou sendo o poeta Gonçalves Dias, e, ainda, quem elaborou as metas para essa mesma seção foi o secretário Porto Alegre. Em toda essa balbúrdia intelectual, uma coisa percebemos claramente: a Arqueologia não existia como sistema de conhecimento devidamente ordenado, nem ao menos mereceu um segmento próprio na planejada expedição. Todas as seções planejadas para a viagem – botânica, geológica, astronômica, geográfica e

etnográfica - atendiam às necessidades de acervo do Museu Nacional e do Instituto. No caso, a ciência arqueológica aparecia como mero complemento das atividades almeçadas para os estudos etnográficos.

Porto Alegre enumerou três metas básicas para a seção etnográfica, em termos de organização dos grupos indígenas: a física, a intelectual e a filológica. Com isso possibilitaria uma melhor integração dos selvagens ao império tropical, fornecendo, ao mesmo tempo para o governo melhores informações sobre o tema mais caro ao Instituto. Os maiores interesses apontados pelo secretário foram preocupações de ordem física, “o conhecimento do typo” (Porto Alegre, 1856, p. 69), principalmente o estudo dos crânios humanos. Aqui notamos a sedimentação de uma influência que já era percebida nos anos 1840, os *estudos frenológicos*. Diversos sócios já se tinham referido às pesquisas do norte-americano Samuel Norton, em obras doadas para a biblioteca do Instituto. Nesse momento, Porto Alegre planejava a obtenção de moldes de cabeças, para estudar os dados morais pretendidos pelo sistema de Franz Gall (1758-1828). Além das características fisiológicas e anatômicas, o secretário apontou o estudo da linguagem, religião, crenças e superstições como dados primordiais. Os estudos arqueológicos mereceram apenas uma pequena citação de três linhas: “far-se-há collecções de [...] tudo emfim quanto possa servir de prova da industria, usos e costumes dos indigenas, inclusive suas mumias e sepulturas, reparando-se, entre outras circunstancias dignas de nota, na posição que ellas occupavam em relação aos pontos cardeas” (Porto Alegre, 1856, p. 73). Essa preocupação com a orientação de sepulturas já havia sido apontada por Varnhagen, em artigo para a Revista do IHGB em 1849.² No caso de Varnhagen e Porto Alegre, foram decisivos estudos publicados sobre ruínas orientadas no Peru e na América Central, nos quais não citam detalhes bibliográficos.

Apesar das poucas expectativas arqueológicas em torno da expedição, logo no primeiro ano, em 1859, Guilherme Capanema realizou a importante descoberta de um crânio nas grutas de Quixadá (Baturité, Ceará), que foi estudado mais tarde pelo antropólogo francês Armand Quatrefages. Desde as escavações de Peter Lund, efetuadas 17 anos antes, não se efetuavam descobertas de fósseis humanos no Brasil. Aproximava-se a época das grandes escavações do império.

A imagem histórica

UM DOS PRIMEIROS PROGRAMAS apresentados em 1850, durante as sessões do Instituto, criou muita polêmica entre os associados. Com o título *Sobre o*

descobrimiento do Brazil, seu autor, Joaquim Norberto Silva, dizia acreditar que o mesmo não teria sido obra do acaso, tese não compartilhada por Duarte Ribeiro e Gonçalves Dias. Não é nossa intenção examinar aqui toda a discussão criada em torno do assunto, mas antes o seu envolvimento com nosso objeto. Silva concedeu-nos, em primeira mão, um panorama das problemáticas arqueológicas discutidas nos anos 40, agora revistas em novas perspectivas.

As escavações de Peter Lund mereceram o destaque inicial. Se suas descobertas não foram ainda totalmente aceitas no mundo acadêmico, ao menos, segundo Silva, suas declarações de que nosso continente era muito antigo eram animadoras (Silva, 1852:132). É fácil seguir o raciocínio do autor. O que está em jogo, a questão da descoberta acidental ou não do Novo Mundo, poderia ser esclarecido por meio de dados geológicos. Admitindo-se que nosso país houvesse existido num contexto antiquíssimo, seus habitantes também deveriam ter ancestralidade remota. Bárbaros ou civilizados, eles pertenceram “a um só tronco”, o que dá margem a uma concepção monogenista, resgatada por von Martius e Orbigny. Espalhadas por todo o mundo, as raças também se difundiram por todas as regiões da América, preservando sua memória nos hieróglifos e monumentos arruinados.

Em seguida, Joaquim Silva citou outro pesquisador muito importante nas duas décadas anteriores, Carl Rafn. A América, sem dúvida, havia sido conhecida em todas as suas regiões por antigos povos europeus, principalmente os navegadores bárbaros. Para a comprovação dessa hipótese, Silva utilizou-se de pressupostos arqueológicos que, se não eram reconhecidos de todo, serviram ao menos para tentar acalmar os ânimos de seus adversários. As cidades perdidas não tardaram a surgir em seu texto, todas ocultas em misteriosas florestas centro-americanas. Dos vikings, agora apelou aos fenícios, outra febre difusionista que dificilmente morria no imaginário de sua época. Para legitimar nossas esquecidas cidades, os recursos utilizados foram os mesmos da década passada, ou seja, os estudos de Martius, as explorações de Benigno de Carvalho e as descobertas do major Oliveira. As trevas da antiga história americana poderiam ser desfeitas a qualquer momento. Do palpito, passou então para propostas empíricas: um levantamento de todas as notícias envolvendo as misteriosas inscrições hieroglíficas existentes por todo o solo nacional. No último parágrafo a respeito de Arqueologia, suas convicções pessoais o impeliram a citar a mais duradoura de todas as civilizações imaginárias. Nessa concepção, os gregos formavam um povo muito novo quando comparados ao da história exposta pela Atlântida de Platão. Metaforicamente, também nosso país seria muito recente, considerando os vestígios de uma desconhecida civilização pré-cabralina.

Em outro estudo de Joaquim Silva, intitulado *Memoria histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro* (1852), publicado na Revista do IHGB em 1854, não percebemos as mesmas diretrizes teóricas. Sua preocupação básica foi recuperar o lugar dos indígenas em nossa História, principalmente no momento da descoberta e início da colonização. As referências arqueológicas surgiram quando indagou a respeito da origem desses povos. Os grandes vestígios desses antigos habitantes da América fazem-se notar pelos restos cerâmicos, “vasos quebrados sem nexos” (Silva, 1852, p. 79), fragmentos que se assemelhavam a um grande quebra-cabeça, confuso e irregular, mas que se prestavam a indagações polêmicas, o que, para Silva, demonstrava ser um grande triunfo para os sábios. Aproveitou esse momento para citar De Pauw, quando o abade detrator mencionou a falta de memória sobre as terras americanas: “Nada mais existe da Antiga América do que o céu e a terra, e a memória de suas desgraças” (Silva, 1852, p. 79), certamente um dos trechos do abade mais lembrados pelos membros do Instituto. Mas, ao invés de contestar a frase, usou-a como reforço para seu novo posicionamento perante a Arqueologia.

No texto, a exuberância das florestas sepultando as cidades maias através dos séculos foram comparadas às ruínas romanas, cobertas pelas cinzas vulcânicas. Esse silêncio monumental também foi reportado para nossos vestígios indígenas, como as “*engaçabas* ou *commucis*, encontrados nas entranhas de nosso sólo” (Silva, 1852, p. 79). Nesse momento, Joaquim Silva tornou-se muito pessimista quanto ao futuro das investigações nesse campo. Essas relíquias tribais após alguns anos desapareceriam totalmente, não restando material para os pesquisadores. O esforço da ciência em tentar decifrar os restos cerâmicos, as letras ilegíveis (as pinturas rupestres) e os crânios humanos teria um resultado totalmente fútil. Se os estudos materiais não obtiveram maiores triunfos, pelo menos a História constituiria para Silva a disciplina capaz de solucionar, no futuro, os enigmas americanos. Esse seu novo posicionamento foi um reflexo direto dos fracassos da Arqueologia brasileira até aquele momento. Apesar disso, outros membros da agremiação ainda estavam otimistas com os antigos trabalhos efetuados em solo pátrio.

O escritor Joaquim Manuel de Macedo foi um dos intelectuais que não seguiu o pessimismo de Silva. Eleito primeiro secretário do Instituto no início da década, foi mais um exemplo de como o período foi favorável aos literatos. Em seu relatório efetuado para o aniversário de quinze anos da Instituição (1853), não faltaram referências baseadas na História e na Arqueologia clássica. Tudo para descrever o grandioso destino que o futuro reservaria para a nação

imperial. Do Egito e seus mistérios à beleza artística dos gregos, passando pelas cidades magníficas de Roma, Babilônia, Cartago e Tadmor. O mundo inteiro respirava descobertas estonteantes, não podendo o secretário deixar de mencionar alguns sítios arqueológicos que faziam sucesso no meio acadêmico e ocasionavam imagens delirantes na literatura. A *imagem ruínística* ainda muito presente na elite imperial: “os imperios se desmoronam, as gerações desaparecem, os genios se apagam, e sobre os esqueletos das grandes cidades vão sentar-se proscriptos Marios³ a meditar sobre as vicissitudes humanas” (Macedo, 1853, p. 611). Mais do que em qualquer outra época, as ruínas ofereciam uma visão romântica sobre os destinos humanos, refletindo as transformações que os impérios e nações percorreram em sua História. Nesse percurso civilizatório para demonstrar o lugar futuro do Brasil no mundo, Macedo não escondeu seu entusiasmo com descobertas que ainda poderiam ser efetuadas em nossas matas (Macedo, 1853, p. 623), reservando com isso uma missão divina para o glorioso império dos trópicos. Percebemos a utilização das ruínas arqueológicas como símbolos da realidade histórica de uma determinada sociedade, elegendo elementos materiais para destacar aspectos do imaginário.

Esse posicionamento do secretário Joaquim Macedo também refletia outra tendência da elite carioca. A maioria dos intelectuais acreditava em teorias difusionistas ou de antigas civilizações perdidas. Mas essas idéias não podiam ser apresentadas publicamente, devido às experiências sem resultados das pesquisas de campo. Com isso, temos um interessante quadro esboçado neste momento: uma constante contradição entre um posicionamento reservado e vislumbres esporádicos de alguns mitos tradicionais.

Enquanto o intelecto coletivo fervilhava, os resultados empíricos não surgiam. Nenhuma escavação, nenhuma descoberta. A Comissão de Arqueologia e Etnografia do IHGB não realizou nenhum trabalho prático por toda a década. Em 1855, o grupo foi composto por Antonio Mello (militar e político), José Fontes e Francisco Freire Allemão (médico e botânico). Este último foi o único membro original da comissão criada em 1847, porém concentrava mais seus esforços nas aulas do Colégio Dom Pedro II do que em resgatar ou estudar vestígios arqueológicos.

Essa insípida comissão não apresentava resultados concretos, mas um político ressuscitava antigos mitos, não desaparecidos por certo no imaginário da elite, mas ausentes objetivamente na Revista do IHGB. O futuro presidente da província de Goiás, Caetano Filgueiras, enviou, em 1855, um estudo intitulado

Reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brasil, publicado um ano depois. O autor utilizou-se de diversas referências clássicas para demonstrar que o Brasil, na realidade, já fora antevisto pelos gregos. Assim Thule, o Jardim das Hespérides, os Elysios e principalmente a mítica Atlântida, na realidade foram denominações diferentes para a América Meridional. Seguindo o raciocínio de Joaquim Macedo a respeito da grandiosidade futura do Brasil, o escritor apontou a Providência Divina como causadora dessa antevisão, em uma espécie de profecia passada. Claro que estamos distantes da utilização da Atlântida ou de outras civilizações perdidas para explicar a existência de uma *geração perdida* em nossa Pré-História. No caso, Filgueiras associou uma imagem literária com o episódio histórico da descoberta de nosso país. Cabral foi visto como uma espécie de porta-voz de uma força maior, o baluarte do destino divino que à futura Terra de Santa Cruz seria reservado. Percebemos que esse político acreditava no mito platônico, mas só pôde incluí-lo em sua memória por uma forma quase poética.

O contexto dessa década não permitia outro tipo de procedimento. No mesmo volume em que foi impresso esse estudo (tomo XIX, 1856), um estudo manuscrito de nome *Geographia historica, physica e politica do Brazil* foi indeferido para publicação na *Revista do IHGB*. Um dos motivos alegados foi o de que seu autor, Francisco Nunes de Souza, apresentou o Eldorado como um império que teria existido no Amazonas, rio percorrido por Orellana em 1540 (Sessão 19/9/1856, p. 27). Com esse ato, os eruditos da Casa da Memória Nacional esperavam eliminar qualquer fábula relacionada com nosso passado. Os escândalos envolvendo episódios históricos e fraudes arqueológicas haviam consumido muito dos ideais da elite em propagar publicamente seus próprios mitos. Visando ocultar erros passados, outro ardil do grupo imediatamente vinculado ao Imperador e ao Instituto relacionava esses episódios desagradáveis da academia com a presença de estrangeiros em solo pátrio.

Uma curiosa memória impressa na *Revista do IHGB* em 1854 esclarece essa questão. Surgida com a finalidade de responder ao programa *Quaes as tradições, ou vestígios geológicos que nos levem à certeza de ter havido terremotos no Brasil*, o engenheiro Guilherme Capanema apontou, em meio a essa discussão, alguns nomes que atrapalharam o desenvolvimento científico brasileiro: Castelnau, Darroin, Sellow, Helmreichen, Parigot e Peter Clausen. O primeiro foi envolvido com a polêmica da estátua amazônica, uma fraude arqueológica ocorrida nos anos 1840. Qualquer outro elemento discutível em seu livro, publicado a partir de 1850 e examinado em sessões do Instituto por Ferreira Lagos em 1855, logo era mencionado como obra de um escrupuloso difamador:

“parece que esse tão victoriado viajante só tencionava ser lido nos toucadores [gabinetes femininos] de Paris” (Capanema, 1859, p. 139). Peter Clausen teve um tratamento semelhante a Castelnau. No final da década de 1830, quando residia em Minas Gerais, enviou diversos estudos sobre arte pré-histórica ao Instituto. Amigo de Lund, foi reconhecido nesse período como grande incentivador das pesquisas de fósseis. Quinze anos depois, memória estaria associada como a de um criado, mascate e negociante (Capanema, 1859, p. 138), uma mudança de atitude que retirou uma antiga autoridade, antes concedida legitimamente a investigadores de nossos desconhecidos horizontes. Mesmo o pai de Capanema, Roque Schuch, que veio ao país com a missão austríaca de Martius, durante o episódio das inscrições fenícias da pedra da Gávea (1840), revelou-se um elemento fundamental na teoria dos vikings no Brasil. Mas foi omitido tanto por seu filho como por outros membros da Instituição, nesse contexto em que o elemento estrangeiro muitas vezes recebia críticas desfavoráveis.

Apesar da importância de todas essas publicações da Revista do IHGB, a obra mais famosa da década foi *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, o grande modelo da elite imperial para se pensar nosso passado, convertida em um manual que privilegiava a civilização branca por meio de três elementos básicos – Nação, Estado e Homem brasileiro (Odália, 1979, p. 9). O visconde de Porto Seguro conduziu seu modelo de construção dos fatos como um inevitável destino que a nação desempenharia no futuro. O elemento português foi sempre o mais destacado, principalmente em seus aspectos de conquista da terra colonizada, legitimando o poder dos brancos na nova sociedade imperial: “A civilização européia na óptica varnhageniana é superior porque ela traz lei, ordem e autoridade – elementos básicos para a constituição de uma nação” (Odália, 1979, p. 20).

O primeiro volume da obra saiu em 1854 e o segundo, em 1857, ambos editados em Madri. Os indígenas foram tratados em três capítulos, nos quais a imagem constante foi a de sociedades primitivas, onde imperava a falta de patriotismo, de sentimentos pelos semelhantes e pela terra habitada. Sendo selvagens, os ameríndios pareciam condenados a um desfecho sem civilização. Varnhagen foi um dos intelectuais brasileiros em quem a influência de De Pauw e Martius foi levada a um caráter pragmático. O uso da força física, da fixação e dos trabalhos compulsórios contra os indígenas, condenados à extinção por serem decadentes, encontrou porta-voz na obra do Visconde de Porto Seguro (Cunha, 1997, p. 137).

Varnhagen foi um dos intelectuais que acreditou na hipótese da *geração perdida*. A recuperação de seus vestígios foi um procedimento muito mais importante do que o resgate heróico do índio decadente e selvagem (pelos literatos). Mas devido aos fracassos das expedições arqueológicas, o historiador assumiu uma postura cautelosa em relação aos vestígios monumentais. Assim, seu texto *Ethnographia indigena* (Varnhagen, 1849), possuía muito mais descrições de vestígios materiais que seus outros escritos posteriores. Os estudos dos grupos indígenas, sua linguagem, organização religiosa e social durante a História ganharam terreno nos anos 1850.

Em sua *História Geral* ainda apareceram algumas citações esparsas de testemunhos arcaicos, como, por exemplo, urnas funerárias e sepulcros de barro localizados em Minas Gerais. Porém esses resquícios seriam diferenciados dos da antiga geração perdida, ainda citada por Varnhagen, mas desta vez de maneira mais discreta: “Monumentos de raças anteriores, analogos aos do Mexico, Centro-America e Peru, não têm por ora apparecido no Brazil, se bem que não falem alguns toscos labores, praticados na pedra, a respeito dos quaes nenhuns estudos sérios se tem feito” (Varnhagen, 1877, p. 53). Ou seja, o sonho de uma antiga civilização aos moldes de nossos vizinhos americanos ainda não estava totalmente sepultado. Esses labores em pedra mencionados nada mais são dos que os petróglifos (gravuras pré-históricas) indígenas, glorificados na primeira década do Instituto, mas que, como apontou o visconde, não foram sistematizados por nenhum estudo.

Varnhagen também assumiu objetivamente uma posição difusionista. Para ele, o continente americano foi povoado por grupos asiáticos através do estreito de Bering, mas o contato com o Velho Mundo nunca cessou desde então (Varnhagen, 1877, p. 54). A misteriosa geração perdida, tão cara aos anseios eruditos, não manteve nenhum elo com os indígenas ao tempo do Império. Pelo menos aos olhos do historiador-mor. Distantes dos benefícios da paz e da cultura do espírito, as sociedades indígenas apresentavam-se como propensas à ferocidade, em um estado de natureza bravia e animal. Omissa da religião e das leis, o homem natural converteu-se em fera. Essa concepção de barbárie distanciava-se da imagem idealizada pelos literatos nacionalistas, na qual o homem natural dos trópicos foi glorificado como o herói de nossa História: “não sabemos como haja ainda poetas, e até philosophos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem” (Varnhagen, 1877, p. 52). O autor também atacou diretamente os indianistas, chamando-os de “patriotas caboclos”, no segundo volume de 1857.⁴

Apesar dessa oposição às imagens idealizadas pelos escritores, a obra de Varnhagen logo assumiu uma posição sem precedentes na elite erudita. Porto Alegre, por exemplo, em seu relatório como secretário do IHGB (1858), deixou muito clara a importância política que poderia advir de um manual sistematizado da cronologia brasileira. Durante essa década, a França pretendia alargar as fronteiras da Guiana, o que logo foi contestado pelo diplomata brasileiro Joaquim Caetano da Silva. Naturalmente, a legitimidade nacional proveio de um referencial histórico. O ministro francês Armand d’Avezac-Macaya publicou no Boletim da Sociedade Geográfica de Paris, uma extensa crítica sobre a *História Geral do Brasil* de Varnhagen que, por sua vez, leu uma réplica nessa mesma sociedade. De ambos os lados, procurava-se uma vitória com a qual o espaço físico fosse justificado pelas artimanhas do passado. Porto Alegre manifestou estar bem consciente dessa utilização pragmática dos escritos históricos. Conclamou o governo para subvencionar os trabalhos do “chronista-mór do imperio” (Porto Alegre, 1858, p. 404), o coronel Ignacio Accioli Silva, autor de trabalhos sobre corografias histórico-geográficas (ele também foi um dos caçadores de cidades perdidas). A discussão territorial sempre foi muito importante e, no momento da maior estabilidade política do império, revelou-se fundamental.

Utilizando imagens arqueológicas, Porto Alegre enalteceu os trabalhos dos cronistas do Brasil: “O historiador quando preenche devidamente sua missão é um benemerito da patria e da humanidade [...] A sua missão é muitas vezes como a do antiquario, que reúne os fragmentos esparsos de um monumento e o recompõe approximado à verdade” (Porto Alegre, 1858, p. 465). Mas, se justamente a História mereceu um lugar privilegiado nos meios eruditos, o primeiro secretário ainda ressentia-se da falta de conhecimento acerca dos primeiros brasileiros. A obra de Varnhagen omitiu-se de maiores inquirições a esse respeito. Elegeu-se o indígena devidamente documentado – o abordado pelos documentos coloniais até o império – como alvo dos debates. Nesse momento, é muito reveladora a posição assumida por Porto Alegre. Confiante no triunfo do império, acreditava que a extensão territorial da nação poderia apossar-se de todo o espaço geográfico ocupado pelas tribos indígenas, não restando mais do que uma “raça degenerada e bastarda” (Porto Alegre, 1858, p. 469). Em um determinado momento do relatório de Porto Alegre, percebemos as causas do pessimismo da elite sobre os estudos pré-históricos: “Os processos archeologicos, e os pelos quaes a Paleontologia libertou-se dos sonhos da antiguidade.” (Porto Alegre, 1858, p. 469). Que sonhos são esses? Sabemos por antecipação: esfinges vikings, inscrições fenícias, cidades perdidas,

estátuas amazônicas. ruínas de antigas civilizações perdidas no umbral do passado, que a Arqueologia fracassou em situar no Brasil. O desfecho do relatório não poderia ter sido mais frustrante. Os brasileiros foram menos felizes que seus vizinhos latinos, pois não possuíam os maravilhosos monumentos, tradições e escritos de povos adiantados. Restava aos acadêmicos nacionais o desvendar do selvagem na História. Um pequeno ensaio do poeta Gonçalves de Magalhães foi uma das tentativas do período para elucidar essa questão.

Os indígenas do Brasil perante a História (escrito entre 1858-59 e publicado em 1860 na Revista do IHGB) era também uma resposta enérgica às concepções indianistas de Varnhagen. A exemplo de outros literatos, Gonçalves de Magalhães defendia uma imagem positiva e heróica do primeiro brasileiro, colocando-se contrário a uma História dos vencedores europeus. Como personagem dominado, o indígena teria tido sua História modificada conforme os interesses colonizadores, além de prejudicada pela fantasia de seu opressor. Partindo do pressuposto varnhageniano “dos indígenas como alienígenas” – recordemos: para esse historiador, os Tupi teriam provindo das Caraíbas, portanto, emigrando originalmente para nosso solo – Magalhães teceu alguns comentários sobre o passado americano. Não tomando partido nem do poligenismo, nem do monogenismo, preferiu deixar em aberto as polêmicas arqueológicas, pela precariedade das investigações. Mas, em detrimento da idéia de Varnhagen, esboçou a possibilidade de que o Brasil poderia ter sido o antigo Éden, de onde os povos teriam emigrado para outras áreas do mundo.

Independente da origem das culturas pré-cabralinas, o autor passou para outra estratégia, desta vez com um caráter mais histórico. Demonstrou que os *bárbaros* na realidade teriam sido os europeus, ao aniquilarem as cidades e monumentos indígenas. Aqui, evidentemente, a grande quantidade de obras descritivas sobre as culturas dos Maias, dos Astecas e dos Incas do início dos oitocentos colaborou para reforçar a grandiosidade da antiguidade americana: “tão fácil nos é suppor a anterior, como contemporânea da mais antiga civilização da Índia e do Egipto” (Magalhães, 1860, p. 11). Nesse sentido, a imagem de uma civilização – em seu sentido moral, cultural e político – foi generalizada a todo o continente e para uma época muito remota. Rivalizava mesmo com o grande local concebido pela Arqueologia moderna, o antigo Egipto.

Em seu próximo capítulo, Gonçalves de Magalhães anunciou as características moralmente elevadas do comportamento selvagem. Mesmo atos de vingança coletiva teriam fortes razões políticas, a exemplo do que aconteceu em muitos episódios do ocidente. Vivendo em um regular estado social e sem

leis escritas, os indígenas mantinham uma sociedade que protegia seus membros. A figura do chefe supremo existia e a paz era garantida por um conselho de anciões. A justiça, a ordem e uma sofrível forma de governo seriam fatos incontestáveis nas tribos brasileiras. Além disso, em um capítulo próprio, a religião reforçou esses aspectos, demonstrando que os índios teriam crenças e cultos. Portanto, o espírito humano seria o mesmo em todo local, sendo a razão, a religiosidade e a sociabilidade mais poderosas que a História.

Em outros capítulos, o autor abordou a questão da barbárie, ao tratar da arte e da indústria nativa. A descrição de diversos pormenores culturais, retirados do próprio livro de Varnhagen, autorizou-o a afirmar: “A selvageria completa é uma ficção [...]. De certo nem os indígenas deste continente eram tão ferozes, tão incultos, tão selvagens como os barbaros do norte da Europa, nem os portugueses tão degenerados como os romanos da decadência” (Magalhães, 1860, p. 37). Gonçalves de Magalhães procurou deslocar a tradicional imagem de barbárie empregada pelos europeus aos ameríndios - esta constituída de imagens decadentes, pagânicas e apolitizadas (Raminelli, 1996, p. 55) - para procurar, na própria História ocidental, os mesmos elementos que os povos utilizaram a fim de dominar outras sociedades. Esse argumento comparativo foi recorrente em todo o texto. Aproximando nossos indígenas dos etruscos, gauleses, cartagineses, gregos, entre outros, o autor concedeu uma nobreza histórica para os atos por eles efetuados. Mas com que finalidade?

Devemos considerar a dissertação de Magalhães em torno de duas variáveis. A primeira, o próprio escritor enunciou no segundo capítulo: “O fim deste trabalho é reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil.” (Raminelli, 1996, p. 6). Desde a instituição do projeto de von Martius, a elite imperial preocupou-se em dimensionar a positividade das minorias étnicas dentro de um grande caldeamento racial. Obviamente o elemento branco foi preponderante, mas o indígena assumiu uma importância ainda maior que a do negro: “fazia-se do indianismo um tema que, além de se concretizar na realidade local, também se inseria na tradição clássica do Ocidente (Schwarcz, 1993, p. 13), uma idéia bem distante da prática, pois o império possuiu uma das piores políticas indigenistas da História brasileira (Cunha, 1992, p. 137). A outra alternativa foi concedida na última parte, denominada “conclusões históricas.” O resgate do indígena perante a História, deveria desconsiderar seus *atos* – muitas vezes repletos de selvageria, crimes e erros – e admirar suas *virtudes de herói*. Magalhães tentou criar legitimidade para o grande tema do romantismo nacionalista desse período, no qual ele mesmo esteve vinculado.

A imagem literária

A ELEIÇÃO DO INDÍGENA COMO TEMA principal do romantismo e da ciência no Império já se fazia sentir desde o início do segundo império. Mas foi durante os anos 50, mais especificamente na segunda metade dessa década, que a simbologia do selvagem foi estruturada como vertente artística, científica e literária do Brasil. Algumas das obras indianistas mais famosas surgiram neste momento: *O Guarani*, de José de Alencar (1857), *A confederação dos Tamoios*, de Magalhães (1856) e *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias (1857). Este último também publicou um *Dicionário de língua Tupi* (1857), seguido por *Crestomalia da língua brasileira*, de Ernesto França (1859). Lembremos que até o imperador estudava o Tupi-Nheengatu nesse período.

Se, por um lado, o indígena assumiu uma grande importância temática, não existiu uma percepção única sobre esse tema. Do ponto de vista *administrativo*, os índios brasileiros foram subdivididos nos oitocentos em “bravos” e “domésticos-mansos” (uma tipologia anteriormente existente em toda a legislação colonial). A partir dos anos 1840, também houve disputas entre os adeptos da catequese indígena e a oposição de outra parcela da intelectualidade, que defendia o extermínio e remoção dos grupos (Monteiro, 1996, p. 17). Outro critério classificatório, baseado em definições etnológicas, apresentou a divisão no império em *Tupi* (preferidos pelo romantismo) e *Botocudo* (privilegiados pela ciência) (Cunha, 1997, p. 136).

Na realidade, o antagonismo conceitual entre esses dois grupos indígenas foi verificado desde os seiscentos. Os Botocudo surgiram na historiografia a partir do século XVI, quando dos primeiros contatos portugueses. Nesse momento, sua denominação surge em oposição aos grupos Tupi, os *Tapuia*, sendo mais tarde alcunhados de *Aimoré*, *Botocudo* e *Kren* (Paraiso, 1992, p. 77). Além dessas diferenças filológicas e etnológicas dos grupos indígenas, os europeus também utilizaram imagens que manifestavam suas concepções civilizatórias. Um exemplo foi o pintor holandês Albert Eckhout (1641), que, em alguns de seus quadros (*Índio Tupi*; *Índia Tarairiu*), representou os Tupi como submissos aos brancos e domesticados. Ao contrário, os Tapuia receberam uma conotação guerreira, bárbara e canibalística (Raminelli, 1996, p. 85-90). ou seja, a oposição entre o *índio civilizado* - em vias de pacificação - e o *selvagem*.

Uma pista provável para entendermos a comentada divisão que sobreviveu no Império surge quando examinamos a política indigenista logo no início dos

oitocentos. Nas regiões de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, ocorreram grandes massacres de Botocudo, promovidos por soldados e civis. A justificativa para essa ação, com óbvios objetivos políticos e mesmo econômicos, foi a imagem desse grupo como “antropófagos, rebeldes contumazes, agressivos, incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação” (Paraíso, 1992, p. 83).

No último ano do período regencial, surgiu outra pista em um dos autores europeus mais lidos pela elite da época, Alcides d’Orbigny. Seu livro, *L’homme américain* (1839), apresentou uma raça e um ramo para nossos primeiros habitantes, denominados de “Brasilio guarani”. Os Guarani foram separados de outras nações e tribos, como os Botocudo, os Bororo, os Guarayo, apenas pela linguagem, pois todos pertenceriam ao mesmo ramo físico (Orbigny, 1944, p. 409). Na primeira página a respeito da raça brasílica, o autor francês inseriu um *quadro populacional* que, com certeza, deve ter despertado a atenção dos acadêmicos brasileiros, pois nele somente apresentou duas nações, a dos Guarani e a dos Botocudo. A primeira contaria com 222.036 indivíduos cristianizados, enquanto a segunda não teria nenhum representante catequizado. Um dado significativo, pois a evangelização foi um fator preponderante no processo de assimilação pretendido pelo império. Inoperantes para a religião, o grupo dos Botocudo representava um obstáculo para o avanço da civilização.

Os Botocudo sempre foram tidos como índios bravios, incapazes de aceitar a escravidão, sofrendo inúmeras repressões até o início do século XX. Utilizando botoques de madeira auriculares e labiais – advindo daí seu nome, eram, ao contrário dos Tupi-Guarani (assimilados ou extintos no império), presentes em larga escala no território. Ambos os grupos, inclusive, foram inimigos no início da colonização, um fato preservado pela literatura indianista. O interesse antropológico pelos Botocudo, logrando grande destaque no academismo oitocentista, deve-se principalmente aos exploradores germânicos. Em 1820-21 surgiram em Frankfurt os dois volumes de *Reise nach Brasilien*, do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Nessa obra, o grupo foi extensamente descrito. Além disso, o pesquisador levou um membro da tribo para a Europa e um exemplar de crânio para Blumenbach, que o caracterizou como “o mais próximo que vira do orangotango”. Robert Avé-Lallemant (*Reise durch Nord-Brasilien*, 1860) e Paul Ehrenreich (*Über die Botocudo der brasilianischen Provinzen*, 1887) destacaram outros estudos sobre esses ameríndios. Ehrenreich, inclusive, caracterizou o Botocudo como um dos mais arcaicos da família Jê (Cunha, 1997, p.136; Holanda, 1972, p. 437), certamente o grande paradigma da ciência etnográfica no Brasil.

Os Tupi ao tempo do império já eram indígenas assimilados e praticamente extintos: “figuram por excelência na auto-imagem que o Brasil faz de si mesmo [...] É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto.” (Cunha, 1997, p. 136). Tiveram sua imagem associada ao bom selvagem de Rousseau, transformando-se no indígena suscetível à conversão religiosa, aos bons costumes europeus, enfim, a todos os aspectos considerados positivos pela civilização ocidental. O tronco Tupi-Guarani foi privilegiado pelo indianismo romântico e pelo academismo brasileiro dos anos 1840 até 1890. Estudos históricos (Varnhagen, Ignacio Accioli) e etnográficos (Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães) confirmavam essa tendência. Em um dos mais famosos romances indianistas, *O Guarani* (1857), podemos também perceber essas imagens antagônicas.

Peri, da tribo Guarani, é o retrato de um índio *domesticado*: “fala português, é nobre, limpo, se veste como todo homem superior” (Ortiz, 1988, p. 265). Cristianizado ao final do romance, tornou-se símbolo de um elemento étnico dissolvido perante a nova realidade social, ou seja, exaltava-se romanticamente um povo praticamente extinto. Os inimigos de Ceci são os Aimoré (também chamados de Tapuia e pertencentes ao grupo Botocudo). Inimigos históricos contrapostos pela literatura. No aspecto comportamental, esses selvagens do romance de Alencar viviam quase sem roupas, alimentavam-se de carne humana e moravam em cavernas, a exemplo de animais selvagens. Não possuíam pátria nem religião. Essa caracterização de animalidade foi reforçada ainda pela descrição de farta cabeleira que cobriria o rosto dos homens.⁵ Em Peri, o cabelo é cortado rente ao rosto e sua inteligência é frontalmente oposta ao espírito decadente e embrutecido daqueles que combate (Ortiz, 1988, p. 265). Também as atitudes de Peri o transformavam em um homem nobre. Essa eleição do indígena domesticado em baluarte da nova ordem social já havia sido antevista em outro romance, *A confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães.

Na História não existe a oposição entre tribos, mas sim a reconstituição do conflito entre os índios Tamoio (Tupi) e os portugueses, em 1560. Na realidade, essa singela oposição acaba revelando divisões internas. Assim, os brancos aparecem representados como colonizadores cruéis e como religiosos (jesuítas), enquanto os indígenas também se apresentam como bárbaros catequizados ou como espíritos indomáveis (Schwarcz, 1998, p. 132). Reorganizando a documentação colonial segundo o método histórico vigente, Magalhães criou uma obra literária que garantia o “mito fundador da nação-estado” e uma “genealogia imaginária para a contemporaneidade brasileira” (Puntoni, 1996, p.131).

Personagem de uma História idealizada, o nobre indígena transforma-se em herói de um império que também o fez vítima. Algumas imagens da pintura no Império são de índios agonizantes: *Moema* (Meireles, 1863), *O último Tamoio* (Amoedo, 1883). A tradução do título de um dos poemas mais célebres de Gonçalves Dias, *I-Juca-Pirama* (1851) também transmite essa mesma imagem: “O que é digno de ser morto”. Nessa história de canibalismo, o herói é sacrificado em nome de seu povo, tornando-se um modelo simbólico de virtude e qualidade para a nação tropical. Os Aimoré são contrapostos aos Tupi, do mesmo modo que os gregos, aos muçulmanos – os nobres guerreiros opondo-se a selvagens bárbaros (Dias, 1851). Poema dedicado a D. Pedro II exemplifica o envolvimento do imperador com temas indianistas. Alguns livros, como *A confederação dos Tamoios*, de Magalhães, foram diretamente encomendados e financiados pelo Monarca.

Epílogo: o indígena brasileiro e as fronteiras simbólicas da Nação

OS ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL desenvolvidos pelos intelectuais brasileiros assentaram-se no tradicional binômio a respeito dos ameríndios: o selvagem brutal e o indígena nobre. Num momento inicial, esse estereótipo foi fixado pela literatura e os primeiros estudos do IHGB: uma imagem que concebia os indígenas como inferiores, não sendo capazes de produzir nenhum feito tecnológico, social, espiritual, nos moldes do Velho Mundo.

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o período de 1838 a 1860, durante o qual perdidas civilizações teriam executado formidáveis obras de arquitetura, esquecidas no incógnito geográfico, foi o que mais produziu mitos arqueológicos. Uma imagem, ao mesmo tempo mítica e científica, que racionalizava concepções sobre o habitante primitivo, visando legitimar a expansão do europeu tanto na forma direta da colonização quanto no massacre em massa. Terras pertencentes a comunidades nativas foram desapropriadas nos Estados Unidos, com a autoridade de uma Arqueologia que desvinculava sua posse por meio de teorias bíblicas ou difusionistas (Trigger, 1980, p. 663). No Brasil, as investigações materiais dessa época foram secundárias em relação aos mitos arqueológicos, importantes apenas para autenticar a remota antiguidade de nossa nação, atestando uma História anterior à dos portugueses.

Sem sombra de dúvida, os anos 1850 sedimentaram a concepção do indígena como símbolo da nação tropical. A década anterior procurou encontrar as marcas de um passado glorioso, de antigas civilizações que pudessem refletir toda a

imponência do novo império diante do mundo ocidental, uma tarefa arqueológica que fracassou, não permitindo uma construção adequada da origem histórica da nação. Não encontrando as raízes civilizatórias do império, os intelectuais podiam, ao menos, criar heróis nesse obscuro passado brasileiro. Com uma história destituída de castelos, cavaleiros medievais ou os elegantes guerreiros de batalhas no Velho Mundo, os escolhidos foram nossos singelos habitantes das formidáveis florestas. Mas para acentuar o caráter desse herói nacionalista, principalmente pela literatura, teria de existir um personagem antagonista, uma espécie de vilão no processo histórico. Encontrando respaldo nas pesquisas etnológicas e nos relatos coloniais, os escritores apresentaram um Brasil anterior a Cabral, habitado por heróis e vilões, num constante processo de acentuação das qualidades positivas e negativas do universo indígena.

De um lado, o Tupi, como sustentador dos valores éticos e civilizatórios do caldeamento racial, a natureza e o selvagem domesticado. Guerreiro épico, cuja pureza moral foi a sua principal virtude, mas que somente encontra os valores verdadeiros da nação no momento em que se torna cristão. O personagem antagonista do Tupi foi o Botocudo, representante da barbárie e da selvageria. Assim como os negros, estes últimos foram concebidos como culpados do atraso rumo à civilização e ao progresso da nação. Sua extinção encontrou motivações de ordem política, econômica e ideológica. Com isso, foi fortalecida a imagem de uma Pré-História que posicionava uma objetiva oposição entre dois grupos étnicos. O futuro horizonte da Arqueologia no Brasil seria extremamente influenciado por esse critério classificatório. Os fósseis humanos necessitariam confirmar essa imagem dos ameríndios, presente no momento da descoberta e da colonização dos portugueses. As descobertas materiais poderiam reforçar a presença, em nosso solo, de heróis – que a literatura apontou como aptos para o processo civilizatório – e de representantes da completa animalidade selvagem. Uma noção de Arqueologia que se submeteu, enfim, a uma imagem indígena.

Em toda a América, as academias procuraram contrapor a sua Pré-História, que estava sendo posta em evidência, com a encontrada no Velho Mundo. Os resultados sempre apontavam para um maior progresso material ocorrido com o próprio europeu. Os ameríndios não teriam ultrapassado certos limites evolucionários, restritos ao seu confinamento continental (Trigger, 1980, p. 664). Mesmo teorias diferenciadas, como a poligenia e o monogenismo, demonstravam a inferioridade do não-europeu. Em nosso país, houve uma particularidade dentro desse quadro. Já existia muito bem estruturada pela elite erudita uma imagem que contrapunha dois grupos étnicos: de um lado, o

indicador da selvagem, brutal, canibal e degradante condição humana; de outro, o símbolo da mistura racial, o representante dos bons valores indígenas, e, também, o herói dos tempos pré-cabralinos. O Botocudo e o Tupi seriam novamente contrapostos, dessa vez pelos estudos osteoleológicos. Eram raças abaixo da escala ocidental, mas somente o Tupi teria tido condições, nos primeiros contatos coloniais, de perpetuar nossa herança nativa junto ao europeu. A transposição dos modelos antagônicos Neandertal e Cro-Magnon, reforçou a construção desses estereótipos que envolveram nossa Pré-História.

A Arqueologia perpetuou uma imagem tradicional sobre o indígena brasileira, ao mesmo tempo em que atualizou diversas teorias científicas. Foi um dos contrapontos entre o discurso que procurava identificar as raízes de nossa nacionalidade com os elementos que poderiam fornecer o caminho futuro de nossa condição racial. E, por que não dizer?, o espelho entre o nascimento da sociedade brasileira, com sua congênere futura, a nação imperial.

Bibliografia

BAHN, P. G. (Ed.). *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Italy: Cambridge University Press, 1996.

BITTENCOURT, J. N. *Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do estado imperial (1808-1889)*. 1997. Tese - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

BRISAUD, J. M. *O Egito dos faraós*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978a.
_____. *As civilizações pré-históricas*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978b.

CAPANEMA, G. S. de. Memória do sr. dr. G. S. de Capanema: quaes as tradições, ou vestígios geológicos que nos levem á certeza de ter havido terremotos no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 22, 1859.

_____. Parecer sobre as investigações do Sr. Conde de la Hure nos sambaquis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 28, p. 283-284, 1865.

_____. Os sambaquis. *Ensaios de Sciencia*, Rio de Janeiro, v. 1, 1876.

_____. Sessão do dia 19 de setembro de 1856: 12ª sessão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 19, 1856.

_____. Sessão do dia 31 de maio de 1867: 2ª sessão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 30, p. 435-440, 1867.

CORNELL, T.; MATTHEWS, J. *Roma: legado de um império*. Madrid: Del Prado, 1996.

CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. In: _____. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

DIAS, G. *I – Juca – Pirama*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual da Fundação Biblioteca Nacional, 1851. Disponível em: <www.bn.br>.

_____. Se existiram amazonas no Brasil? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 17, p.5-66, jul./set. 1855.

_____. Brasil e Oceania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 30, p.5-192, jul./set. 1867a.

_____. Brasil e Oceania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 30, p. 257-396, out./dez.1867b.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura Tupinambá. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. Memória histórica e cultura material. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 13, 1992-1993.

_____. Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, n. 1, p. 24-41, 1994.

_____. Hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, n. 10, p. 3-9, 1995.

_____. Teoria arqueológica na América do Sul. *Primeira Versão*, Campinas, n. 75, set. 1998.

_____. Conservation of cultural heritage in Brazil: some remarks. *Archaeologia Polona*, v. 38, 2000.

_____. Introdução. In: FUNARI, P.; PINSKY, J. (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. Public archaeologic from a Latin American perspective. *Public Archaeology*, (local), v. 1, 2001b.

_____. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 41, 2001c.

_____. Archaeology, history and historical archaeological in South America. Disponível em: <www.ceveh.com.br/biblioteca/artigos/>.

GORE, R. Neandertals: the dawn of humans. *National Geographic*, v. 189, n. 1, p. 2-36, jan. 1996.

GUIMARÃES, L. M. P. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 155, n. 384, p. 499-511, 1994.

_____. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano.156, n. 388, p. 459-613, 1995.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-27, 1988.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959.

_____. O Brasil monárquico: reações e transações. _____. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969. t. II, v. 3,

_____. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. _____. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1972. t. II, v. 2.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Novos estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: RIHGB, 1851. Suplemento.

LANGER, J. Mito, história e literatura: as cidades perdidas do Brasil. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 14, p. 67-83, 1996a.

_____. A esfinge atlante do Paraná: o imaginário de um mito arqueológico. *História: questões e debates*, Curitiba, ano 13, n. 25, p. 148-163, 1996b.

_____. Mitos arqueológicos e poder. *Clio – Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 12, p. 109-125, 1997a.

_____. O mito do Eldorado. *Revista de História*, São Paulo, n. 136, p. 25-40, 1997b.

- _____. O megalitismo na pré-história brasileira. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 10, 1997c.
- _____. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná, 1997d.
- _____. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 9, p. 165-185, 1998.
- _____. As origens da arqueologia clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 9, p. 95-110, 1999.
- _____. *Ruínas e mito: a arqueologia no Brasil império*. 2000, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2000.
- _____. Origens da egiptologia. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon, ano III, n. 7, p. 27, mar. 2001a.
- _____. A origem do imaginário sobre os vikings. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, ano III, n. 8, ago. 2001b.
- _____. Os enigmas de um continente: as origens da arqueologia americana (1750-1850). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, jun. 2001c.
- _____. Peter Lund e as polêmicas arqueológicas do Brasil império. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 24, jan./jun. 2001d.
- _____. Vikings in Brazil. *Viking Saga*, Madrid, periodicidade. 2002. Disponível em: <<http://perso.wanadoo.es/mwb/ing/colab.htm>>.
- _____. Vikings e fenícios antes de Colombo: fraudes epigráficas e mitos arqueológicos nas Américas. *Guia de Vikings Sobresites*, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sobresites.com/vikings/artigos.htm>>.

- MACEDO, J. M. de. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 16, p. 576-613, 1853.
- _____. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 17, p. 643-651, 1854.
- _____. Elogio histórico de Emilio Adê. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 30, p. 516-521, jul./set. 1867.
- _____. *Corographia do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n], 1873.
- _____. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- _____. *Lições de história do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884.

- MONTEIRO, J. M. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, M. C.; VENTURA, R. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

OBERACKER JR, C. H. Martius e a historiografia nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 347, p. 31-46, 1985.

ODÁLIA, N. Introdução. In: _____. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais n. 9).

ORTIZ, R. O guarani: um mito de fundação da brasilidade. *Ciência e cultura*, (local), v. 40, n.3, p. 261-269, 1988.

PARAISO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 75-90, 1992.

PORTO ALEGRE, M. de A. Relatório sobre a inscrição da Gavia, mandada examinar pelo Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, n. 2, mar./ maio. 1839.

_____. Memória sobre a antiga escola de Pintura Fluminense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 3, n. 12, p. 547-557, 1841. Suplemento.

_____. *A estatua amasonica: comedia archeologica dedicada ao illm. Sr. Manoel Ferreira Lagos (1848)*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.

_____. Secção ethnographica e narrativa da viagem. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 19, p. 68-75, 1856.

_____. Relatório do primeiro secretario. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 20, p. 39-43, 1857.

_____. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 21, p. 458-471, 1858.

PUNTONI, P. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, p. 119-130, jul. 1996.

RAMINELLI, R. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Zahar, 1996.

_____. A Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*.

_____. Montaigne e os canibais. *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, n. 7-8, p. 89-106, 1998-99.

SANTOS, S. F. dos. *Arqueologia no vale do rio Vermelho*. 2000. Monografia (Especialização em História), União da Vitória. (Mimeografado).

_____. Reconhecimento paleoestatigráfico em sítios arqueológicos do vale do rio Vermelho. *Revista de Paleontologia*, Fortaleza, n. 3, 2001.

SANTOS, S. F. dos.; LANGER, J. Arte rupestre na região do Médio rio Iguaçu. *Luminária*, União da Vitória, n. 4, ago. 2001.

SCHWARCZ, L. M. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradição. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 149-167, 1992.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, L.; QUEIROZ, R. (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SESSÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO do dia 19 de setembro de 1856, 12ª Sessão. *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856.

SILVA, J. N. de S. Sobre o descobrimento do Brasil, Niterói, 6 de dezembro de 1850. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 15, n. 5, 1852.

_____. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 17, n. 14, abr./jun. 1854.

_____. Refutação as reflexões do digno membro o sr. A. Gonçalves Dias. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 18, 1855.

TRIGGER, B. Archaeology and the image of the American Indian. *American Antiquity*, v. 45, n. 4, p. 662-675, 1980.

_____. Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. *Man*, n. 19, p. 355-370, 1984.

VARNHAGEN, F. A. de. Carta ao Instituto, São Paulo, 1840. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 2, n. 5, p. 524-525, jan./mar.1840.

- _____. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brazil, 1839-1840 *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 3, n. 9, p. 53-61, 1841a.
- _____. Relatorio. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 3, n. 9, p.62-63, 1841b.
- _____. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, 1847. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual da Fundação Biblioteca Nacional, www.bn.br.
- _____. Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 12, p. __-__, abr./jun. 1849.
- _____. *Historia geral do Brazil (1854)*. 2 ed. Rio de Janeiro: E. Laemmert, 1871.
- _____. Carta ao Instituto, 23 de setembro de 1874. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 37, parte 2a., p. 438-440, 1874.
- _____. Inscricões lapidares no sertão da Parahiba (1874). *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 55, jan./mar. 1892.

Notas

- 1 Também na atualidade se conservam essas duas concepções do movimento migratório Tupi. De um lado, a visão dominante de que os grupos Tupi-Guarani partiram do sul para o norte do litoral brasileiro; de outro, segundo dados arqueológicos, de que o deslocamento Tupinambá foi realizado da Amazônia para o litoral sul-brasileiro (Fausto, 1992, p. 382).
- 2 Muito provavelmente, uma das influências de Varnhagen foram os estudos de megalitismo europeu dos anos 40. O arqueólogo dinamarquês Jens Worsaae, num de seus livros mais populares (*Primeval Antiquities of Denmark*, 1843) apresentou túmulos pré-históricos com indicações de orientação astronômica (Bahn, 1996, p. 91).
- 3 Uma referência ao general romano Caio Mário, proscrito para a África em 88 a.C. Cf. CORNELL, T.; MATTHEWS, J. *Roma: legado de um império*. Madrid: Del Prado, 1996. p. 61.
- 4 Essa frase foi inserida no discurso preliminar ao segundo volume (1857) e retirada da segunda edição de 1877. Cf. PUNTONI, P. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, 1996. p. 128.
- 5 É interessante perceber que essa imagem de selvagem assemelha-se às representações do homem de *Neandertal*, descoberto nessa mesma conjuntura, 1856 (Vale de Neander, Alemanha), concebido na era vitoriana como um ser humano estúpido, andar animalesco, habitando locais ermos, como cavernas e grutas (Brissaud, 1978,

p. 63), em nítida oposição aos vestígios do homem de *Cro-Magnon* (encontrados em 1868, na França), considerado o primeiro homem moderno. Mais tarde, os arqueólogos brasileiros, entre 1870-1890, foram influenciados por esses critérios, opondo os Botocudo e os Tupi por referenciais frenológicos e físicos (Monteiro, 1996, p. 19). Atualmente os estudos indicam que os Neandertalensis não apresentavam essas características indicadas no oitocentos. Para desfazer esse imaginário bestial, o *Neanderthal Museum* de Erkrath (Alemanha) apresenta atualmente uma réplica desse homem arcaico, vestindo terno e gravata (Gore, 1996, p. 32).

E-mails dos autores:

thor_odin7@hotmail.com

geosantos_28@hotmail.com